

PARA USO DOS CORREIOS	
☐ MUDOU-SE	☐ FALCIDO
☐ DESCONHECIDO	☐ AUSENTE
☐ RECUSADO	☐ NÃO PROCURADO
☐ END. INSUFICIENTE	☐ CEP
☐ CEP	☐ NÃO HÁ Nº INDICADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO	☐
Reintegrado ao Sistema Postal em	
	RESPONSÁVEL

Remetente: AGF Roosevelt
 Av. Presidente Roosevelt, 1311
 CEP 90230-971

14 SALÁRIOS

É o que oito anos de política salarial do governo Leite confiscou dos (as) Policiais Civis

Dados foram apurados por um estudo do DIEESE, encomendado pela UGEIRM. Levantamento apontou perdas acumuladas de 25,15%, revelando um acelerado empobrecimento da categoria, agravado pela retirada de direitos e pelo sucateamento da Polícia Civil.

Páginas 8 e 9



Foto: Joana Berwanger

Governo Leite publica promoções repetindo os erros de sempre

Página 2



Foto: arquivo UGEIRM

Mulheres policiais reconquistam direito à aposentadoria diferenciada

Página 4

Campanha "Precisamos falar sobre assédio na Polícia" amplia debate na categoria

Página 5



Foto: Joana Berwanger

Descaso do governo com a Polícia Civil expõe riscos e precariza condições de trabalho

Página 12



Foto: arquivo UGEIRM

UGEIRM reforça a importância da Simetria e intensifica pressão sobre o governo

Página 10



Foto: Jorge Leão

Seminário da UGEIRM debate regulamentação da nova Lei Orgânica das Polícias Civis no RS

Página 6

Governo Eduardo Leite publica promoções repetindo os erros de sempre

Falta de critérios, desrespeito à classificação e exclusão de servidores em estágio probatório marcam, de novo, publicação das promoções

No dia 5 de janeiro, após grande expectativa, o governo do estado publicou, em edição extra do Diário Oficial, as promoções da Polícia Civil. A UGEIRM parabeniza as policiais e os policiais civis promovidos, reconhecendo a progressão na carreira como um direito legítimo, fruto de um trabalho qualificado que tem garantido mais segurança à população gaúcha e contribuído para a redução histórica dos índices de violência. Apesar disso, a lista publicada repete e aprofunda erros já denunciados pela UGEIRM em anos anteriores.

CRITÉRIOS IGNORADOS

Em reuniões realizadas nos meses de novembro e dezembro com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Chefia de Polícia, a UGEIRM apresentou propostas objetivas para tornar o processo de promoções mais justo e transparente. Nenhuma delas foi acolhida na lista publicada.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DESRESPEITADA

É urgente que se mude o modelo atual, que se baseia em sua maior parte em indicações, implementando um novo sistema realmente vinculado ao merecimento, respeitando lista classificatória e dispondo de critérios claros e objetivos. Para se ter ideia do cenário atual, nas promoções de janeiro de 2024, por exemplo, apenas 10% da ordem de classificação foi respeitada. Na listagem publicada no início de 2026, esse percentual se aproxima de zero, conseguindo piorar o que já era péssimo.

O sentimento da categoria foi sintetizado em um comentário de um policial, ao falar da lista de promoções: “Seria mais honesto o Governo mudar o nome de *Promoções por Merecimento* para *Promoções por Indicação*”.

UGEIRM recorre ao TCE

Foto: Joana Berwanger



Diante das irregularidades nas últimas Promoções, a UGEIRM foi obrigada a recorrer ao TCE

A direção da UGEIRM esteve no Tribunal de Contas do Estado (TCE) no dia 26 de janeiro, em reunião com o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Ângelo Gräbin Borghetti, para tratar das irregularidades estruturais, persistentes e institucionalizadas nas promoções por merecimento da Polícia Civil.

No encontro, o sindicato entregou representação formal ao procurador-geral, apontando graves falhas no processo de promoções, que violam princípios constitucionais como legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, transparência e segurança jurídica.

O vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro, destacou que a ausência de critérios claros e objetivos mantém a prática das indicações, abrindo espaço para interferências políticas e reforçando uma cultura patrimonialista incompatível com os princípios republicanos.

Para a UGEIRM, é urgente que o Estado extinga o modelo atual e implemente um sistema de promoções por merecimento baseado no respeito à ordem classificatória e em critérios objetivos e transparentes.

O procurador-geral informou que já analisou a representação da UGEIRM e que pretende solicitar esclarecimentos à administração da Polícia Civil, a fim de aprofundar a análise e adotar as medidas cabíveis.

Também participou da reunião a assessora jurídica da UGEIRM, dra. Paula Bergamaschi.

EXCLUSÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Governo continua excluindo os(as) policiais em estágio probatório das listas de promoções. Não existe qualquer impedimento legal para essa exclusão. A Polícia Civil é a única instituição da Segurança Pública que insiste nessa prática injusta. No Instituto Geral

de Perícias, por exemplo, há casos de servidores promovidos com seis meses de carreira.

Grande parte dos policiais civis que abandonam a instituição o faz nos primeiros anos de atividade. Ao negar promoções aos servidores em estágio probatório, a administração perde uma oportunidade concreta de começar a reverter a avalanche de exonerações registrada nos últimos anos.

APROVEITAMENTO DAS VAGAS

Nas reuniões com o Governo, a UGEIRM sugeriu que, quando possível, os servidores que já haviam cumprido o interstício fossem incluídos nas promoções por merecimento. Com isso seriam abertas novas vagas para progressão por antiguidade. Embora não exista impedimento legal, e dessa prática já ter sido adotada em outras ocasiões, o governo optou novamente por não aplicá-la. Como resultado, diversos policiais deixaram de ser promovidos mesmo havendo vagas disponíveis.

URGÊNCIA NA REGULAMENTAÇÃO

A nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis determina, de forma expressa, que os estados elaborem leis específicas para regulamentar e estabelecer critérios objetivos para as promoções na carreira. O governo Eduardo Leite precisa cumprir essa determinação com urgência.

COMO NÃO ELABORAR UMA LISTA DE PROMOÇÕES

O vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro, questiona: “Será que o governador, sempre tão preocupado em discursar sobre inovação, gestão e governança, sabe como são elaboradas as listas de promoção da Polícia Civil? Será que ele está informado como a Polícia Civil lida com conceitos tão caros a ele, como meritocracia, compliance, governança, transparência e equidade? Afinal, esses termos são recorrentes em suas falas e palestras, inclusive em eventos como a South Summit Brazil. Fica, então, a pergunta final: teria o governador coragem de apresentar o modelo de promoções da Polícia Civil como um ‘case de sucesso’ na South Summit Brazil 2026, que acontece em Porto Alegre?”.

O 2º vice-presidente da UGEIRM, Cláudio Wohlfahrt, pondera que “em última instância, quem perde com esse descaso do Governo é a população gaúcha, que vê os profissionais responsáveis pelos menores índices de violência da história abandonando a carreira, por não suportarem as injustiças e a ausência de critérios do governo”.

Assembleia aprova PLC que amplia vagas para promoções na Polícia Civil

No dia 16 de dezembro de 2025, a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade o PLC 464/2025, de autoria da deputada Delegada Nadine Anflor (PSDB). A proposta criou uma nova regra para delegados de 4ª classe, comissários de polícia e comissários de investigação policial que já preencheram os requisitos para a aposentadoria especial, mas optaram por permanecer em atividade por meio do abono de permanência.

Com a nova regra, os cargos ocupados por

esses servidores passam a ser considerados vagos exclusivamente para fins de promoção, permitindo o avanço funcional de outros policiais civis. O texto autoriza que até 20% do efetivo de cada classe seja utilizado para esse fim. À época da aprovação, a Polícia Civil contava com 1.025 comissários de polícia, o que poderá resultar na abertura de até 205 novas vagas para progressão na carreira.

A implementação da medida ocorrerá em duas etapas: metade das vagas na vigência da lei e a outra metade a partir de 1º de dezembro de 2026.

A aprovação do PLC representou uma vitória importante para a categoria e atendeu a uma reivindicação histórica da UGEIRM, ao reduzir gargalos que impedem o avanço na carreira. A deputada Delegada Nadine destacou que o projeto foi construído em diálogo com o sindicato e permite que servidores experientes sigam contribuindo com a instituição sem bloquear a progressão funcional dos demais colegas.

A diretora da UGEIRM, Neiva Carla Back, cele-

brou a conquista, ressaltando que a mobilização sindical foi fundamental para a aprovação da proposta. Ela destacou, no entanto, que a luta da entidade segue: “continuamos defendendo promoções com critérios claros e justos, a inclusão dos policiais em estágio probatório, a retomada de duas publicações anuais, o resgate da simetria com a Brigada Militar e, sobretudo, um reajuste salarial que reponha as perdas acumuladas da categoria, incluindo aposentados e aposentadas”.

Ações que aumentam indenizações de licença-prêmio e férias não gozadas para os aposentados

Decisões judiciais corrigem índices e bases de cálculo e podem gerar impacto financeiro direto para os policiais aposentados

A UGEIRM segue fortalecendo sua atuação jurídica em defesa dos direitos dos policiais civis. No último mês o sindicato obteve avanços importantes em duas ações coletivas que tratam da correção dos valores pagos pelo Estado a título de indenização por licença-prêmio e férias não usufruídas. As medidas buscam reparar distorções históricas e podem

resultar em aumento significativo dos valores devidos aos servidores.

CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA-E

A primeira ação refere-se à substituição do índice de correção monetária aplicado pelo Estado. A Justiça reconheceu a procedência do pedido da UGEIRM e determinou que as indenizações passem a ser atualizadas pelo IPCA-E, em substituição à Taxa Referencial (TR) que é considerada defasada e insuficiente para recompor a inflação.

A decisão beneficia policiais civis que receberam ou ainda recebem indenizações desde maio de 2018. Atualmente, o processo aguarda o cumprimento da sentença por parte do Estado. Para-

lelamente, o sindicato já organiza as orientações e a documentação necessárias para o ingresso na fase de execução individual.

REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS INDENIZAÇÕES

A segunda ação judicial tem como objetivo corrigir a base de cálculo das indenizações, pagas quando o policial não usufruiu a licença-prêmio durante a atividade. A UGEIRM busca incluir parcelas que integram a remuneração, como o 13º salário, o terço constitucional de férias, o vale-refeição (auxílio-alimentação) e o abono de permanência.

Atualmente, o Estado realiza o cálculo dessas indenizações apenas sobre o valor do subsídio, o que gera

prejuízos tanto para policiais aposentados, quanto para quem ainda vai se aposentar. A ação encontra-se em fase inicial e abrange todos os policiais civis que receberam indenizações de licença-prêmio desde outubro de 2020.

ATUAÇÃO JURÍDICA EM DEFESA DA CATEGORIA

As duas iniciativas representam frentes jurídicas estratégicas para a UGEIRM, pois asseguram o pagamento correto de direitos adquiridos pelos servidores aposentados. O sindicato reforça a importância de que os filiados acompanhem atentamente os próximos comunicados, nos quais serão detalhados os procedimentos e documentos necessários para as etapas de execução das ações.

Decisão em Incidente de Uniformização reforça ação da UGEIRM sobre auxílio-refeição nas férias

Ação coletiva, ajuizada pela UGEIRM, que busca garantir a inclusão do auxílio-refeição na base de cálculo das férias e do terço constitucional dos policiais civis, recebeu um importante reforço jurídico com o recente julgamento de um Incidente de Uniformização de Jurisprudência pela Turma de Uniformização da

Fazenda Pública.

Ao dar provimento ao Incidente, a Turma firmou a seguinte tese uniformizadora: “É devido o auxílio-refeição aos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul no período de férias, devendo integrar a base de cálculo do respectivo terço constitucional.”

O entendimento é amplamente

favorável aos servidores públicos estaduais e passa a servir como referência obrigatória para o julgamento de ações que tratam da mesma matéria, incluindo a ação coletiva proposta pela UGEIRM.

Para a advogada Paula Bergamaschi, do Departamento Jurídico da UGEIRM, embora o Incidente ainda não tenha transitado em julgado, a decisão representa um avanço relevante. “O julgamento fortalece a tese da integralidade remuneratória e amplia significativamente as perspectivas de êxito da ação coletiva da UGEIRM”, destaca.

O diretor da UGEIRM, Jones Talai, acrescenta que “o Sindicato vai buscar, também, o pagamento dos valores retroativos desde 2020”.

UGEIRM segue luta na Justiça pela implementação do auxílio-saúde aos policiais civis

O Sindicato segue atuando judicialmente para garantir a implementação do auxílio-saúde aos policiais civis da ativa e aposentados. Em 18 de setembro, o sindicato ingressou com Ação de Obrigação de Fazer contra o Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 5242164-72.2025.8.21.0001), por meio do Escritório Bertelli Advocacia, cobrando o cumprimento do benefício previsto na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei Federal nº 14.735/2023).

O Sindicato alega que o gover-

no do estado incorre em omissão legislativa ao não regulamentar o auxílio-saúde, apesar de o direito estar expressamente assegurado em lei federal. A ausência de regulamentação gera desigualdade em relação a outras carreiras do serviço público estadual que já recebem benefícios semelhantes. O sindicato também aponta a tramitação do PLC nº 288/2024, sem previsão concreta de implementação.

Na ação, a UGEIRM solicitou liminarmente o pagamento imediato do auxílio-saúde ou, de forma alternativa, a indenização mensal

das despesas dos servidores com planos de saúde. O Estado alegou caráter satisfativo do pedido, ausência de previsão orçamentária e risco de prejuízo ao erário.

O juízo de primeira instância indeferiu a liminar, entendimento mantido após agravo de instrumento interposto pelo sindicato.

SINDICATO CONTESTA POSIÇÃO DO GOVERNO

A UGEIRM alega que a decisão ignora a urgência da demanda e o caráter indenizatório do auxílio-saúde. A inexistência de

regulamentação estadual não pode impedir a aplicação de um direito previsto em lei nacional, tampouco justificar a negação do acesso à saúde dos servidores.

PROCESSO SEGUE EM ANDAMENTO

Apesar da negativa da liminar, a ação segue em tramitação e aguarda a apresentação da contestação pelo Estado. A UGEIRM continuará atuando para garantir um direito legalmente assegurado aos policiais civis.

Foto: Divulgação TJ/RS



Ação contra desvio de função envolvendo tornozeleiras

A UGEIRM ajuizou uma Ação contra o Estado do RS para impedir que policiais civis sejam obrigados a instalar, monitorar e manter tornozeleiras eletrônicas, atividades que, conforme a legislação, são de responsabilidade da Polícia Penal e da SUSEPE.

Segundo o sindicato, a prática caracteriza desvio de função, compromete a atividade investigativa e agrava a sobrecarga nas Unidades Policiais, já afetadas pela falta de efetivo. A ação busca garantir o respeito às atribuições legais de cada carreira da segurança pública.

Ação cobrando o pagamento antecipado de diárias

Ação coletiva busca garantir que as diárias devidas aos policiais em deslocamentos temporários, como operações, diligências, cursos e missões, sejam pagas de forma antecipada, conforme determina a legislação.

O Governo vem adotando, de forma recorrente, atrasos e negativas no pagamento das diárias, obrigando policiais civis a arcarem com despesas de alimentação e hospedagem com recursos próprios, recebendo o ressarcimento apenas posteriormente.

Ação coletiva para fornecimento de EPIs para policiais civis

O Sindicato ajuizou ação coletiva contra o Estado do RS para garantir o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), como escudos e capacetes balísticos, além de kits de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), a todos os policiais civis. A ação também busca impedir a designação de servidores para operações sem a devida proteção.

A medida visa reduzir os riscos enfrentados diariamente pelos policiais, especialmente em operações, e evitar novas tragédias, como a morte de um colega durante ação policial em Butiá, no mês de janeiro de 2025.

O Governo alega não haver omissão administrativa e afirma manter investimentos na área. O processo segue em fase de produção de provas.

Ação para obtenção da ajuda de custo aos policiais que retornam ao domicílio natural na sua 1ª lotação

Diante da negativa do Estado em conceder a ajuda de custo aos policiais que retornaram à cidade onde já residiam, antes de ingressar no curso de formação na Acadepol, a UGEIRM ajuizou ação para garantir o direito.

Na ação, a UGEIRM alega que resta comprovada a “mudança de domicílio” funcional, gerando a efetiva “mudança de instalação” e, por consequência, despesas de viagem, que são os requisitos indispensáveis à concessão da ajuda de custo.



As mulheres da Polícia Civil do RS passaram o dia percorrendo os corredores do Congresso, convencendo os parlamentares

Após muita luta, governo foi obrigado a reconhecer aposentadoria diferenciada das mulheres policiais

Medida começou a ser aplicada em setembro de 2025, após decisão do STF e pressão da UGEIRM; sindicato cobra que o direito seja transformado em lei

Somente a partir de setembro de 2025 o Governo Eduardo Leite passou a conceder o abono de permanência às policiais civis gaúchas, reconhecendo, na prática, o direito à aposentadoria diferenciada das mulheres. A mudança ocorreu após meses de mobilização da UGEIRM e da intervenção do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que, em junho de 2025, intimou estados que descumpriam decisão da Corte baseada no princípio da equidade de gênero.

“Receber a notícia de que nossas colegas estão finalmente tendo seu direito à aposentadoria reconhecido, considerando que muitas enfrentam jornadas duplas e até triplas de trabalho, é uma vitória histórica para todas nós, mulheres policiais”, afirma Neiva Carla Back, diretora da UGEIRM.

RECONHECIMENTO APÓS DECISÃO DO STF

Uma das beneficiadas é a comissária de polícia Raquel Schneider, que atua há 22 anos na Polícia Civil, em Rio Grande, no sul do Estado. “Com a decisão do ministro Flávio Dino, que garantiu a diferenciação entre homens e mulheres, consegui antecipar minha aposentadoria aos 52 anos de idade, e não aos 55, como havia sido determinado pela reforma da Previdência de 2019”, relata. Raquel

também destaca o papel do sindicato: “A luta pelos direitos das mulheres policiais precisa ser permanente, e a UGEIRM sempre esteve à frente dessas reivindicações, oferecendo todo o suporte jurídico necessário”.

A Comissária afirma viver um momento de alívio e expectativa. “Estou muito feliz com o rumo das decisões, mas seguimos vigilantes para não perdermos os direitos conquistados com tanta luta”, completa.

IMPACTO NA VIDA DAS POLICIAIS

Em Sapiranga, a Comissária Cláudia Ribeiro, que atuou por quase 24 anos na Polícia Civil, também recebeu a notícia com comemoração e alívio. “Eu aguardava essa correção na legislação desde a reforma da Previdência. Quando recebi a confirmação, tive a sensação de que, finalmente, a justiça havia sido feita”, afirma.

Natural de Santa Maria, Cláudia relata que, desde que ingressou na carreira policial, precisou se afastar da família para atuar na região de Novo Hamburgo. Com a aposentadoria, a expectativa é retomar a convivência com os filhos e familiares. “É uma grande conquista para todas as mulheres da segurança pública, resultado direto da luta sindical. A justiça, enfim, foi feita”, celebra.

STF TEVE QUE OBRIGAR GOVERNO EDUARDO LEITE

Desde outubro de 2024, o ministro Flávio Dino havia suspenso os efeitos da reforma da Previdência aprovada em 2019, durante o governo Bolsonaro, que igualou os critérios de idade mínima, tempo de contribuição e tempo de carreira entre homens e mulheres policiais civis e federais. A decisão ocorreu no âmbito da Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI) 7.727.

Com a suspensão, passou a valer a regra que prevê a redução de três anos nos requisitos de aposentadoria para as mulheres policiais, como acontece com todas as mulheres trabalhadoras. No entanto, o Rio Grande do Sul descumpriu a determinação por meses.

Em junho de 2025, o STF intimou 17 estados, incluindo o RS, que ainda não haviam adequado suas normas. Somente após essa cobrança, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou orientação jurídica determinando que os pedidos de aposentadoria especial das policiais civis e agentes penitenciárias fossem analisados com a aplicação imediata da redução de três anos em relação aos homens.

MOBILIZAÇÃO CONTINUA

“Essa decisão demonstra a importância de permanermos mobilizadas e vigilantes. O sindicato é uma ferramenta essencial para pressionar o poder público a cumprir seus deveres e reconhecer as necessidades da categoria”, ressalta Neiva Carla Back.

A Diretora de Assuntos de Gênero, Marcia Guterres, lembra que a conquista atual é resultado de uma mobilização histórica. “Não é coincidência que apenas as mulheres policiais tenham tido esse direito retirado. Se a garantia de direitos já é difícil para as mulheres em geral, no caso das mulheres policiais a resistência é ainda maior”, conclui.

MOBILIZAÇÃO CONTINUA

Ato em Brasília garantiu avanço da PEC da aposentadoria da mulher policial

A mobilização nacional em defesa dos direitos das mulheres policiais, realizada em agosto de 2025, em Brasília, teve resultado concreto e positivo. O Ato em Defesa dos Direitos da Mulher Policial, convocado pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (COBRAPOL), garantiu as assinaturas necessárias para a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que assegura a aposentadoria diferenciada das mulheres policiais, hoje em tramitação no Congresso Nacional.

A UGEIRM participou ativamente da mobilização, integrando as atividades de articulação política na Câmara dos Deputados, com visitas a gabinetes parlamentares e reuniões estratégicas com deputados e deputadas. A delegação gaúcha contou com a presença de policiais civis de diferentes regiões do estado e integrou um amplo movimento nacional que reuniu policiais civis, penais, federais, rodoviárias federais, legislativas, socioeducativas e guardas municipais.

A PEC foi apresentada pelas deputadas Erika Kokay (PT/DF), Maria do Rosário (PT/RS) e Delegada Adriana Accorsi (PT/GO) e tem como objetivo restabelecer a diferença de idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres policiais, suprimida pela Reforma da Previdência de 2019. A proposta também atende à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu a inconstitucionalidade da equiparação e determinou que o Congresso Nacional corrigisse a distorção.

Para a Diretora de Interior, Anelise Assumpção Cordeiro, que estava presente na atividade, o avanço da PEC é fruto da mobilização coletiva. “Garantimos as assinaturas e colocamos a proposta em tramitação. Agora seguimos acompanhando cada etapa para que esse direito seja definitivamente assegurado no texto constitucional”, afirma.



Mulheres da UGEIRM se fizeram presentes no Ato pela Aposentadoria da Mulher Policial em Brasília

Campanha “Precisamos falar sobre assédio na Polícia” amplia debate na categoria

Evento marcou o lançamento de cartilha e apresentou dados inéditos sobre assédio no ambiente de trabalho da PC/RS

A UGEIRM lançou, em outubro de 2025, a campanha “Precisamos falar sobre assédio na Polícia”, em um evento que reuniu policiais civis, especialistas e representantes da sociedade civil no auditório do SindBancários, em Porto Alegre. A iniciativa é resultado de uma pesquisa inédita, realizada pelo Coletivo de Mulheres da UGEIRM, que mapeou, de forma anônima, situações de

assédio no ambiente de trabalho da Polícia Civil do RS.

O lançamento marcou um passo importante na construção de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento de práticas abusivas e discriminatórias na instituição, ampliando um debate historicamente silenciado no cotidiano da segurança pública.

PESQUISA REVELA DIMENSÃO DO PROBLEMA

Ao todo, 893 policiais civis, ativos(as) e aposentados(as), participaram do levantamento, realizado entre julho e agosto de 2025. Os dados evidenciaram a urgência de políticas institucionais de prevenção, acolhimento às vítimas e promoção da saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras da Polícia Civil.



Coletivo de Mulheres da UGEIRM foi fundamental para estruturação e lançamento da campanha contra o assédio

Durante o evento, os resultados foram apresentados (leia abaixo) em painel mediado pelas integrantes do Coletivo de Mulheres da UGEIRM, seguido de debates sobre a construção de políticas efetivas de combate ao assédio moral e sexual.

CAMPANHA E CARTILHA COMO INSTRUMENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO

Ao final da atividade, foi lançada oficialmente a campanha e apresentada a cartilha “Precisamos falar sobre Assédio na Polícia Civil – Conhecer é o primeiro passo para combater”, que passa a ser um instrumento de orientação,

conscientização e enfrentamento ao assédio no ambiente policial.

“Quando criamos o Coletivo de Mulheres da UGEIRM, em 2024, percebemos que essa discussão era urgente. A pesquisa mostrou que o assédio, especialmente o moral, não atinge apenas as mulheres, mas toda a categoria”, destacou a integrante do Coletivo, Mirella Torely. A diretora da UGEIRM, Neiva Carla Back, aponta que “nosso objetivo é transformar esse debate em ações concretas e romper com o tabu que ainda envolve esse tema”.

DEBATE QUALIFICADO

Participaram dos painéis as psicólogas Mayte Raya Amazar-

ray (Mestra e Doutora em Psicologia pela UFRGS e diretora da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho) e Clara Faes Schönardie (Mestra em Psicologia e Saúde e doutoranda em Psicologia pela UFRGS), além do fundador do Instituto Rafaela Drumond, Aldair Drumond, que reforçaram a importância de políticas de prevenção, acolhimento e responsabilização.

Neiva Carla, destaca que “o lançamento da campanha representou apenas o início de um processo contínuo. Falar sobre assédio é fundamental para garantir um ambiente de trabalho mais digno, seguro e saudável para todos e todas”.

Pesquisa mostra que assédio sexual atinge um(a) em cada cinco policiais civis gaúchas

Ao todo, 893 policiais civis, ativos e aposentados, participaram da pesquisa, realizada entre julho e agosto de 2025. Do total dos que responderam, 22,5% (200 policiais) afirmaram ter sofrido assédio sexual no exercício da função

Entre os casos relatados, 96,5% das vítimas são mulheres, o que escancara a desigualdade de gênero presente nas relações de trabalho dentro da instituição. Em 60,5% das situações, o autor do assédio seria um superior hierárquico ou colega mais antigo, reforçando o desequilíbrio de poder como fator central na perpetuação da violência.

Os dados também indicam que 43% das policiais relataram ter sido assediadas mais de quatro vezes ao longo da carreira. Outro dado preocupante aponta que 69%



dos episódios ocorreram durante ou logo após o estágio probatório, período em que os servidores ainda não possuem estabilidade funcional, o que contribui para o medo de denunciar.

A pesquisa foi aplicada por meio de questionário eletrônico no site da UGEIRM e divulgada nas Unidades Policiais, com participação exclusiva de policiais civis.

UGEIRM COBRA MEDIDAS INSTITUCIONAIS

Para a diretora da UGEIRM, Neiva Carla Back, os números demonstram a urgência de ações

concretas por parte da administração da Polícia Civil. “A instituição não possui campanhas permanentes de enfrentamento ao assédio, mesmo sendo uma realidade presente em praticamente todas as unidades policiais do Estado”, afirma.

Segundo a Diretora de Assuntos de Gênero, Marcia Guterres, o sindicato defende a criação de uma ouvidoria específica, com garantia de acolhimento e proteção às vítimas. “Precisamos de um canal seguro para tratar esses casos. Sem isso, o silêncio e o medo seguem protegendo os agressores”, conclui.



Foto: Luiza Castro

UGEIRM participou de seminário sobre assédio sexual na segurança pública

A UGEIRM participou do Seminário “Assédio Sexual nas Instituições de Segurança Pública do RS e suas consequências”, realizado na Assembleia Legislativa, por iniciativa do deputado Jeferson Fernandes (PT). A entidade foi representada pela diretora Neiva Carla Back.

O evento integrou os trabalhos da Subcomissão sobre Assédio Sexual nas Corporações da Segurança Pública e teve como foco o debate sobre a prevenção e o enfrentamento do assédio sexual contra servidoras da área.

Em sua fala, a representante da UGEIRM, destacou que “essa iniciativa reforça a importância de romper o silêncio sobre o tema e avançar na construção de políticas públicas que garantam ambientes de trabalho mais seguros e respeitosos. O assédio é o responsável por boa parte dos casos de adoecimento mental dos (as) policiais civis, levando alguns servidores, até mesmo, a atentar contra a própria vida”.



Da esquerda para a direita, Cláudio Wohlfahrt, Fábio Castro e Humberto Mileip (COBRAPOL) debatendo a nova LONPC com a categoria

GT para implantação da LONPC no RS aprovou minuta para criação do Auxílio Saúde na PC/RS

Sindicato participa das discussões desde o início do ano e destaca a construção da minuta do Auxílio Saúde como conquista histórica da categoria

A UGEIRM segue atuando de forma firme e constante na defesa dos interesses dos policiais civis gaúchos. Por meio do vice-presidente da entidade, Fábio Castro, o sindicato integra o GT criado para debater a implantação da LONPC no Rio Grande do Sul. O GT vem realizando reuniões desde meados de 2025, com o objetivo de discutir os pontos centrais da nova legislação e construir propostas para sua efetiva implementação no estado.

Até o momento, o principal avanço alcançado pelo GT foi a elaboração de uma minuta do Auxílio Saúde, que deverá ser apresentada ao governo estadual. A proposta atende a uma reivindicação histórica da UGEIRM e representa um passo importante na valorização dos servidores da Polícia Civil, especialmente diante do cenário de arrocho salarial e de crescente adoecimento da categoria.

Apesar dos avanços, o GT ainda enfrenta impasses relevantes. O principal deles diz respeito à participação dos agentes no Conselho Superior de Polícia. O tema tem gerado resistência por parte de alguns integrantes do grupo, o que tem dificultado o fechamento das discussões. Outros pontos da Lei Orgânica seguem em debate, com a construção de propostas que deverão ser consolidadas nas próximas reuniões. As questões mais sensíveis, como a presença dos agentes no Conselho, foram destacadas para discussão ao final do processo.

Para o vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro, a construção da minuta do Auxílio Saúde demonstra que o diálogo pode gerar resultados concretos. "A elaboração dessa proposta é uma vitória importante que contempla uma pauta histórica da UGEIRM, beneficiando também os policiais aposentados. Por outro lado, a participação dos agentes no Conselho Superior de Polícia é um ponto do qual o sindicato não abre mão. Essa previsão está na Lei Orgânica e já foi implantada em outros estados, não havendo qualquer justificativa para as resistências que vêm sendo apresentadas", afirma.

Fábio Castro também alerta para a necessidade de celeridade nas discussões. "As reuniões vão continuar, mas não podemos protelar esse debate indefinidamente. Em 2026 teremos eleições estaduais e, a partir do meio do ano, pode haver dificuldades para reunir o Grupo de Trabalho ou para aprovar medidas na Assembleia Legislativa. Por isso, é fundamental avançar agora", conclui.

Seminário da UGEIRM debate regulamentação da nova Lei Orgânica das Polícias Civis no RS

Encontro reuniu dirigentes sindicais da UGEIRM e da COBRAPOL para preparar a categoria para o processo de regulamentação da legislação no estado

A UGEIRM realizou, em julho de 2025, o seminário "A nova Lei Orgânica das Polícias Civis: regulamentação e implicações", reunindo dirigentes sindicais e representantes da categoria no auditório do Sindibancários, em Porto Alegre. O evento integrou a estratégia do sindicato de preparar os policiais civis gaúchos para o processo de regulamentação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (LONPC) no Rio Grande do Sul.

Participaram como palestrantes o diretor da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (COBRAPOL), Humberto Mileip, e o diretor da UGEIRM e também da COBRAPOL, Cláudio Wohlfahrt, que apresentaram um panorama histórico da tramitação da lei e destacaram seus principais avanços.

AVANÇOS E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Durante o debate, os expositores ressaltaram que a nova legislação representa uma mudança significativa na estrutura e no funcionamento das polícias civis, com foco na valorização dos servidores, no fortalecimento das prerrogativas profissionais e na modernização da gestão.

Para Cláudio Wohlfahrt, a LONPC inaugura um novo momento para a instituição. "A nova Lei Orgânica tem potencial para modernizar a Polícia Civil, melhorar a gestão e, principalmente, valorizar seus servidores. Não é mais admissível uma polícia

que não cuida dos seus policiais", afirmou.

Humberto Mileip destacou a importância da iniciativa da UGEIRM. "É fundamental que os policiais conheçam a nova lei. Ela trouxe conquistas importantes, e precisamos nos apropriar desse conteúdo para fortalecer nossa atuação sindical e institucional", ressaltou.

REGULAMENTAÇÃO EM DEBATE NO ESTADO

O vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro, enfatizou o caráter estratégico do seminário diante do início das discussões no Rio Grande do Sul. Segundo ele, o encontro teve o objetivo de instrumentalizar os representantes sindicais para que o debate seja ampliado nas regiões e sirva de base para a construção de

uma proposta sólida do sindicato.

A regulamentação da LONPC no estado passou a ser discutida em um Grupo de Trabalho (GT) criado pela Chefia de Polícia, do qual a UGEIRM participa ativamente. Entre os pontos considerados centrais pela entidade estão a unificação dos cargos atuais no cargo de Oficial Investigador de Polícia (OIP), a garantia de assento no Conselho Superior de Polícia, a definição de data-base da categoria e a criação do Auxílio Saúde, entre outros temas.

Para a UGEIRM, a participação da categoria nesse processo é fundamental para assegurar que a regulamentação da nova lei atenda aos interesses dos policiais civis e represente avanços reais nas condições de trabalho e na valorização profissional.

Santa Maria também realizou seminário para debater a nova LONPC



Foto: Joana Berwanger

O evento aconteceu no dia 7 de novembro e debateu o processo de regulamentação e as implicações da Lei, que promoverá a modernização e a valorização dos policiais civis em todo o país. Dezenas de policiais de Santa Maria e cidades próximas à região participaram do evento, que contou também com a presença do vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro, e dos diretores, Cláudio Wohlfahrt e Pablo Mesquita.

Projeto do DSA sobre saúde financeira avança com apoio da UGEIRM

Iniciativa pioneira reconhece impacto do superendividamento na saúde mental dos policiais civis e prevê lançamento em 2026

A UGEIRM acompanha e participa ativamente da construção do programa “Saúde Financeira: combatendo o superendividamento, prevenindo o adoecimento”, desenvolvido pelo Departamento de Saúde da Polícia Civil (DSA). A iniciativa representa um avanço importante no cuidado com a saúde mental dos policiais civis, ao reconhecer que dificuldades financeiras estão diretamente ligadas ao adoecimento emocional e psicológico da categoria.

Ao longo de 2025, a direção da UGEIRM se reuniu em diferentes momentos com a equipe do DSA para debater a estrutura do projeto e construir uma parceria que fortaleça a iniciativa. O programa prevê acompanhamento psicossocial em grupo, orientação jurídica e educação financeira, voltados a

policiais civis ativos e aposentados que enfrentam situações de superendividamento.

SUPERENDIVIDAMENTO E ADOECIMENTO

Segundo as profissionais do DSA, o superendividamento está frequentemente associado a fragilidades emocionais, frustrações no ambiente de trabalho, conflitos familiares e dificuldades de gestão financeira, funcionando muitas vezes como um gatilho para ansiedade, depressão e outros sofrimentos psíquicos. Dados e a experiência clínica da Policlínica da Polícia Civil indicam que a falta de estabilidade financeira é uma das queixas mais recorrentes entre os atendimentos psicossociais.

“O adoecimento emocional e físico de muitos agentes está diretamente ligado à insegurança financeira”, explica a diretora do DSA, Delegada Liege Machado Pereira. Para a psicóloga Fernanda Bassani, coordenadora da psicologia institucional da Policlínica, o programa é decisivo: “oferecer educação financeira e suporte psicológico é uma forma concreta

de prevenir o adoecimento e promover estabilidade emocional”.

PARCERIA COM A UGEIRM FORTALECE O PROJETO

A UGEIRM foi convidada a integrar o projeto, contribuindo com a divulgação junto à categoria e com o apoio de sua assessoria jurídica, especialmente em orientações para renegociação de dívidas e organização de recursos financeiros, inclusive oriundos de ações judiciais.

Para o vice-presidente do Sindicato, Fábio Castro, a iniciativa responde a uma realidade cada vez mais presente na Polícia Civil. “O



Diretoras da UGEIRM debatendo projeto com servidoras do DSA

superendividamento tem sido agravado pelo arrocho salarial imposto à categoria. Essa parceria com o DSA é fundamental para oferecer suporte real aos colegas, protegendo sua saúde física e mental”, afirma.

A diretora da UGEIRM, Neiva Carla Back, reforça que a saúde financeira não pode ser dissociada da saúde mental. “Promover esse programa é dizer aos policiais que eles não estão sozinhos e que

existem caminhos possíveis para enfrentar as dificuldades. É uma ação de cuidado, escuta e valorização da categoria”, destaca.

O programa segue em fase final de elaboração e testes, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2026, consolidando-se como uma iniciativa inovadora e necessária no enfrentamento do adoecimento entre os policiais civis do Rio Grande do Sul.

Convênio da UGEIRM garante apoio jurídico em casos de superendividamento

Desde 2022, a UGEIRM mantém convênio com o escritório de advocacia Franke & Lemes, especializado em ações de superendividamento e combate a juros abusivos. Ao longo desse período, centenas de filiados já foram atendidos pela parceria. Atualmente, o escritório acompanha 328 processos ativos de policiais civis

filiados ao sindicato.

Do total de ações, 92% resultaram em liminares favoráveis, que garantem a redução imediata dos descontos em folha para o limite legal de 35% do salário, assim que a decisão judicial é concedida.

O Dr. William Lemes explica que, atualmente, as liminares não são

analisadas com a mesma rapidez de períodos anteriores, quando eram concedidas em até 20 dias. A mudança se deve ao acúmulo de mais de 16 mil processos ativos no Núcleo de Superendividamento do TJ/RS. “Apesar disso, as liminares continuam sendo analisadas e deferidas para quem tem direito, em até 90 dias”, destaca.

UGEIRM participa da instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público na Assembleia Legislativa

Foto: Kelly Demo Christ



O vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro, falou em nome da entidade no lançamento da Frente

Espaço permanente na Assembleia Legislativa fortalece a luta contra o desmonte do Estado e os ataques aos servidores

A Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público foi oficialmente instalada no dia 10 de setembro de 2025, na Assembleia Legislativa, representando um importante avanço na resistência aos ataques sofridos pelos servidores estaduais. A UGEIRM marcou presença na solenidade de instalação e integra, junto com a União Gaúcha em Defesa da Previdência Pública, a articulação que deu origem à iniciativa.

A criação da Frente é resultado de uma proposta da União Gaúcha em Defesa da Previdência Pública, entidade da qual a UGEIRM faz parte. A demanda foi apresentada ao presidente da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa, deputado

Leonel Radde (PT), que encampou a ideia e formalizou a instalação do espaço parlamentar.

DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

A Frente nasce com o objetivo de criar um espaço permanente de debate e articulação política em defesa do serviço público, das condições de trabalho e dos direitos dos servidores. Em um cenário de precarização, sucateamento e cortes sucessivos, a iniciativa busca fortalecer a atuação dos trabalhadores no parlamento.

Para o vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro, a instalação da Frente ocorre em um momento decisivo. “Vivemos um período de profundo descaso com o serviço público no Rio Grande do Sul. A Frente será uma ferramenta fundamental para levar nossas reivindicações à Assembleia e tentar abrir um canal de diálogo com o Executivo, que tem se recusado a ouvir os servidores”, destacou.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Outro eixo central de atuação da Frente Parlamentar será o acompanhamento e o enfrentamento da Reforma Administrativa, que avança no Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados já sinalizou que a proposta será prioridade, o que acende um alerta para os servidores de todo o país.

Nesse contexto, a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público no RS terá papel estratégico para articular ações locais, mobilizar a categoria e barrar possíveis ataques aos direitos dos trabalhadores e à qualidade dos serviços prestados à população.

A UGEIRM saúda a criação da Frente Parlamentar e reafirma seu compromisso com a valorização do serviço público, a defesa dos direitos dos servidores e a luta por melhores condições de trabalho, entendendo que proteger os trabalhadores é também defender a população que depende de serviços públicos fortes e de qualidade.



Foto: Joana Berwanger

Oito anos de política salarial do governo Leite confiscam o equivalente a 14 salários dos policiais civis

Estudo do DIEESE, encomendado pela UGEIRM, aponta perdas acumuladas de 25,15% e revela empobrecimento da categoria, agravado pela retirada de direitos e pelo sucateamento da Polícia Civil

Um estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a pedido da UGEIRM, demonstra o impacto devastador da política salarial adotada pelos governos Eduardo Leite sobre os policiais civis do Rio Grande do Sul. De acordo com o levantamento, as perdas salariais acumuladas chegam a 25,15%, o que equivale, na prática, ao confisco de aproximadamente 14 salários ao longo de oito anos.

O estudo também revela que, caso os salários tivessem sido corrigidos pela inflação

no período, o salário inicial da carreira policial deveria ser de R\$ 9.489,00. Atualmente, no entanto, o valor pago é de R\$ 7.299,55, uma diferença mensal de R\$ 2.189,45, que deixa de chegar ao bolso dos policiais civis em razão da política de arrocho salarial imposta pelo governo estadual.

ARROCHO SALARIAL, RETIRADA DE DIREITOS E SUCATEAMENTO

O cenário de perdas salariais é agravado por uma série de políticas que aprofundaram a precarização da Polícia Civil. Falta de efetivo, sobrecarga

de trabalho, sucateamento das estruturas físicas, retirada de direitos históricos, como a paridade e a integralidade da aposentadoria, ausência de critérios claros nas promoções e o fim da simetria dos comissários com os capitães da BM compõem um quadro de desvalorização contínua da categoria.

O resultado dessas políticas é uma Polícia Civil empobrecida, adoecida e desmotivada. Cada vez mais, policiais civis buscam alternativas em outros concursos e carreiras do serviço público, como forma de preservar sua saúde física e mental.

Enquanto o poder de compra dos salários diminui ano após ano, o endividamento cresce, os riscos inerentes à profissão permanecem elevados e a demanda de trabalho só aumenta. Esse contexto projeta um futuro preocupante para a Polícia Civil e, por consequência, para a segurança pública no Rio Grande do Sul.

GOVERNO LEITE EM NÚMEROS



25,15%

São as perdas salariais nos oito anos de governo Eduardo Leite, apuradas pelo DIEESE

14 SALÁRIOS

É o que a categoria perdeu em oito anos de governo Eduardo Leite



R\$ 9.489

É o que deveria ser o salário inicial do Policial Civil do RS, pelo estudo do DIEESE

R\$ 7.299

É o salário inicial do policial civil do Rio Grande do Sul hoje

R\$ 2.189

É a diferença mensal confiscada pelo governo Eduardo Leite



Mobilização pela revisão geral dos salários dos servidores públicos continua em 2026

Após um ano de protestos e unidade do funcionalismo, entidades ampliarão a pressão sobre o governo e o Parlamento, aproveitando o calendário eleitoral para cobrar recomposição salarial

Ao longo de 2025, servidores públicos estaduais realizaram manifestações em diversas regiões do Rio Grande do Sul e dois grandes atos em Porto Alegre, em defesa da revisão geral dos salários. Apesar da unidade das categorias do funcionalismo e da forte mobilização nas ruas, o governador Eduardo Leite manteve a política adotada ao longo de seus oito anos de mandato, marcada pelo arrocho salarial e pela ausência de diálogo com as entidades representativas.

O ponto mais emblemático dessa política ocorreu com a apresentação da proposta orçamentária do Estado para 2026, que não previu qualquer recurso específico para reajustes salariais do funcionalismo. Em contrapartida, o mesmo orçamento aumentou em mais de 100% os valores destinados às emendas parlamentares, evidenciando as prioridades do governo.

EMENDA AO ORÇAMENTO FOI BARRADA

Diante desse cenário, as entidades que integram o Fórum dos Servidores Públicos protocolaram uma emenda ao orçamento prevendo um reajuste linear de 15,2% para todos

os servidores estaduais. O índice foi definido a partir de estudo técnico elaborado pelo DIEESE, que demonstrou a viabilidade econômica e legal da recomposição salarial, sem violação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O levantamento apontou, ainda, que o Rio Grande do Sul foi o estado que menos concedeu revisão geral aos seus servidores entre 2020 e 2025, acumulando apenas 6% de reajuste no período. Mesmo assim, sob orientação do Palácio Piratini, a base governista na Assembleia Legislativa, reforçada por parlamentares de partidos que se dizem de oposição, mas votam sistematicamente com o governo, impediu que a emenda sequer fosse apreciada em plenário.

PRESSÃO UNIFICADA SEGUE EM 2026

Para 2026, a UGEIRM, em conjunto com as demais entidades do funcionalismo estadual, dará continuidade e ampliará a mobilização pela revisão geral dos salários. Estão previstas novas manifestações no interior do Estado, além da realização de atos unificados na Capital.

As entidades também inten-

sificarão a pressão sobre os parlamentares para a apresentação de uma proposta concreta de revisão geral, tomando como base o estudo técnico do DIEESE e a necessidade de recomposição das perdas acumuladas.

O calendário eleitoral de 2026 reforça a importância da mobilização. Com eleições para o Parlamento e para o Governo do estado, os servidores terão a oportunidade de cobrar posicionamento claro dos candidatos em relação à política salarial do funcionalismo.

UGEIRM APRESENTARÁ PROPOSTAS AOS CANDIDATOS

Dentro desse contexto, a UGEIRM já iniciou a preparação de uma pauta de reivindicações a ser apresentada aos candidatos ao Governo do estado. Além de propostas específicas para a segurança pública, o sindicato incluirá uma política salarial para o funcionalismo estadual, com destaque para a instituição de uma data-base, tema que já tramita na Assembleia Legislativa.

Como é tradição, a pauta será apresentada em reuniões com cada candidato na sede da UGEIRM, ocasião em que o sindicato cobrará compromissos formais com as propostas. O mesmo material será disponibilizado aos policiais civis, para que também seja levado aos candidatos ao Parlamento, reforçando a cobrança por compromissos concretos com a valorização do serviço público.

LEVANTAMENTO DE COMO VOTARAM OS DEPUTADOS

O 2º vice-presidente da UGEIRM, Cladio Wohlfahrt, informa que o sindicato irá divulgar um levantamento detalhado das principais propostas do governo Eduardo Leite, mostrando como cada partido votou na Assembleia Legislativa. “Nosso objetivo é dar transparência e permitir que os policiais saibam quem realmente fez oposição aos ataques contra a categoria. Em período eleitoral, surgem muitos opositores só de discurso. Cabe aos policiais separar quem apenas fala de quem efetivamente votou em defesa da Polícia Civil”, conclui.

Eleições de outubro vão exigir atenção redobrada da categoria

Depois de oito anos de ataques e descaso, a categoria tem a oportunidade de tirar do Palácio Piratini e da Assembleia Legislativa, todos aqueles que foram responsáveis por anos tenebrosos para os policiais civis gaúchos.

Na hora de votar, é fundamental que os policiais civis olhem com carinho e senso crítico a atuação dos candidatos nos últimos oito anos. Aqueles que compactuaram, com apoio na Assembleia Legislativa, para a situação dramática enfrentada pela categoria, não são merecedores dos votos dos (as) policiais civis.

O vice-presidente da UGEIRM, Fabio Castro, alerta que “nas eleições de outubro, os policiais precisam

analisar com muito cuidado suas escolhas. Essa política de arrocho só foi possível porque contou com o apoio dos parlamentares da base aliada, uma base ampla que inclui partidos que se dizem independentes, mas votam sistematicamente com o governo”.

A diretora da UGEIRM, Neiva Carla Back, lembra votações recentes: “Foram esses deputados que votaram contra a inclusão do reajuste salarial no orçamento de 2026 e aprovaram um reajuste de 100% nos valores das emendas parlamentares. Eles, também, barraram a discussão da simetria durante a votação do Pacote da Segurança Pública, em 2024. Esses episódios deixam claro quem sustenta a política de ataques aos servidores”.

2025: UM ANO DE MOBILIZAÇÕES



No dia 16 de maio, os servidores públicos realizaram um grande ato unificado em Porto Alegre, que deu o pontapé inicial nas mobilizações pela revisão geral salarial em 2025



O primeiro ato da caravana pelo Interior do estado aconteceu no dia 3 de junho, em Santo Ângelo



No dia 13 de junho, foi a vez dos policiais civis de Passo Fundo, junto com os demais servidores estaduais, exigirem a revisão geral salarial



No dia 4 de julho, foi a vez dos servidores exigirem a revisão geral salarial em Pelotas, cidade natal de Eduardo Leite



No dia 11 de julho, Santa Maria foi o palco do encerramento da caravana pelo Interior, a UGEIRM esteve presente junto com os policiais aposentados



A série de manifestações teve seu encerramento em Porto Alegre, no dia 15 de agosto, com um grande ato unificado que lotou a Praça da Matriz

UGEIRM reforça a importância da Simetria e intensifica pressão sobre o governo

Reivindicação histórica busca corrigir distorção criada em 2020, que desvalorizou a carreira da Polícia Civil e agravou a crise de exonerações na Instituição

A UGEIRM mantém como prioridade central a luta pela restauração da Simetria Salarial com os Capitães da Brigada Militar. Trata-se de uma reivindicação legítima, que busca corrigir uma grave distorção criada pelo próprio governo e que impacta diretamente a carreira, a valorização profissional e a permanência dos policiais civis na Instituição.

A ruptura da Simetria ocorreu em 2020, quando o governo Eduardo Leite promoveu a reestruturação da carreira da Brigada Militar,

alterando a forma de remuneração dos policiais militares para o regime de subsídio. A mudança resultou em aumento salarial para os oficiais da BM e acabou com a equivalência histórica entre os Capitães da Brigada Militar e os Comissários da Polícia Civil, mantida desde 1962.

SIMETRIA É RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO

A UGEIRM sempre ressaltou que a Simetria não se resume a uma questão remuneratória. Ela representa reconhecimento institucional, respeito à complexidade do trabalho policial civil e justiça na estrutura das carreiras da segurança pública. A sua retomada é fundamental para enfrentar o sucateamento funcional, a desvalorização profissional e a crescente onda de exonerações, provocadas pela



Em 2025, a UGEIRM já começava o ano pressionando o Governo. No dia 17 de janeiro, os dirigentes do sindicato abordaram Eduardo Leite na saída de uma atividade na Fecomercio, cobrando um posicionamento em relação à Simetria

defasagem salarial e pela falta de perspectiva na carreira.

Ao longo de 2025, a UGEIRM intensificou a pressão política em torno da pauta da Simetria. Foram realizadas diversas reuniões com representantes do Executivo e articulações junto às lideranças partidárias da Assembleia Legislativa. Em todos esses espaços, houve o reconhecimento da justiça da reivindicação e do equívoco cometido pelo próprio governo.

A própria Procuradoria Geral do Estado (PGE) emitiu um Parecer, em resposta a um PROA (Processo Administrativo), onde reconhece que não existe impedimento legal para a retomada da

Simetria na Polícia Civil. Além disso, estudos realizados pelo governo, demonstram o baixo impacto financeiro da medida. Mesmo assim, nenhuma ação concreta foi tomada por parte do Governo. Pelo contrário, o governo chegou a orientar sua base aliada a rejeitar uma proposta na Assembleia Legislativa que buscava restabelecer a Simetria Salarial.

UGEIRM SEGUIRÁ MOBILIZADA PELA RETOMADA DA SIMETRIA

Diante do descaso do Executivo e da inércia da maioria da Assembleia Legislativa, a UGEIRM

reafirma que não recuará na defesa dessa pauta histórica. Para o vice-presidente do sindicato, Fábio Castro, a retomada da Simetria é indispensável para o futuro da Polícia Civil.

“Seguiremos pressionando o governo e dialogando com os parlamentares para corrigir essa grave distorção. O impacto financeiro é plenamente viável e o retorno para a Instituição seria enorme. A Polícia Civil vive uma crise profunda, marcada por exonerações em série e perda de quadros qualificados. A Simetria é um passo decisivo para tornar a carreira novamente atrativa e estancar essa debandada”, afirma.

Baixa procura por concurso e explosão das exonerações apontam para um desmanche na Polícia Civil

Redução no número de inscritos e recorde de desligamentos revelam perda de atratividade da carreira e colocam em risco a qualidade do serviço prestado à população

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul vive um dos momentos mais preocupantes de sua história recente. O encerramento das inscrições para o concurso público da instituição, em dezembro de 2025, confirmou um alerta que a UGEIRM vem fazendo há anos: a carreira policial civil deixou de ser atrativa, reflexo direto do sucateamento da instituição, da retirada de direitos e, principalmente, do arrocho salarial imposto pelo governo estadual.

Os números são contundentes.

No último concurso, realizado em 2018, foram registrados 44.238 inscritos. Já no certame mais recente, esse número caiu para 25.466 candidatos, uma redução superior a 40%. Além disso, a abstenção nos dias de prova, alcançou 24% dos inscritos. A queda expressiva evidencia o desinteresse crescente pela carreira e traduz o impacto de uma política continuada de desvalorização dos policiais civis.

Porém, parece que o Governo não está atento a esses números. O edital prevê a convocação de apenas três vezes o número de vagas para a segunda fase, restringindo o número de convocados para o Teste de Aptidão Física (TAF) e colocando em risco o preenchimento de todas as vagas.

Quando esse dado é analisado em conjunto com o aumento acelerado das exonerações, o cenário se torna ainda mais alarmante e aponta para um futuro de

fragilização profunda de uma das instituições mais respeitadas pela sociedade gaúcha.

EXONERAÇÕES ATINGEM PATAMAR RECORDE

O ano de 2025 manteve a tendência observada em 2023 e 2024, consolidando um ciclo de evasão sem precedentes. Somados, os três anos registraram 160 exonerações, o maior número da última década. Apenas em 2025, o total chegou a 45 desligamentos voluntários, com o ano de 2026 começando com 2 novas exonerações nos primeiros dias do ano.

Esse fenômeno é consequência direta da política de arrocho salarial e do descaso com a Polícia Civil, adotados ao longo dos dois mandatos do governo Eduardo Leite. Sem perspectiva de valorização profissional, com salários defasados e condições de trabalho cada vez mais precárias, muitos servidores não enxergam outra alternativa

Exonerações na Polícia Civil do RS

EM 2020	16
EM 2021	24
EM 2022	43

EM 2023	64
EM 2024	51
EM 2025	45

senão buscar oportunidades em outras carreiras públicas mais atrativas.

IMPACTOS PARA A SOCIEDADE

A explosão de exonerações, somada à queda significativa na procura por vagas no concurso, não afeta apenas os policiais civis. Trata-se de um problema que atinge toda a sociedade. Menor concorrência nos concursos e alta evasão do efetivo resultam em risco de queda na qualificação média dos quadros da instituição e comprometem a

qualidade do serviço prestado à população.

Os avanços conquistados nos últimos anos, que contribuíram para os menores índices de violência da história do Rio Grande do Sul, ficam ameaçados diante do atual cenário. Para a UGEIRM, é urgente que o governo reveja sua política para a Polícia Civil, invista na valorização da carreira e enfrente, de forma responsável, um processo de desmonte que já apresenta consequências concretas e preocupantes para a segurança pública do estado.

Regulamentação do sobreaviso gera distorções e divisão na categoria

UGEIRM alerta para uso inadequado da escala, cobra da Chefia de Polícia critérios claros e avalia judicialização

Desde a apresentação do projeto de regulamentação do regime de sobreaviso, em 2024, a UGEIRM alertou que a proposta, da forma como foi concebida, poderia gerar sérias distorções na Polícia Civil. Passado o primeiro ano da implementação, os receios do sindicato se confirmaram: o sobreaviso passou a ser utilizado como forma de complementação de renda, distorcendo sua finalidade legal e gerando conflitos internos na categoria.

O Sindicato sempre defendeu que o sobreaviso não seja uma gratificação e devendo ser aplicado apenas em situações excepcionais. No entanto, a ausência de critérios objetivos para a distribuição das escalas transformou o regime em uma espécie de “prêmio”, com questionamentos entre colegas sobre quem é ou não escalado, aprofundando divisões internas.

FALTA DE CRITÉRIOS E PROBLEMAS DE GESTÃO

Para a UGEIRM, a regulamentação do sobreaviso reflete problemas históricos da gestão da Polícia Civil. A inexistência de regras claras concentra poder excessivo nas chefias locais, abrindo espaço para arbitrariedades, coerções e favorecimentos, situação semelhante ao que ocorre há anos com as horas-extras.

Essa falta de critérios trouxe como resultado, que a maior parte da verba destinada ao sobreaviso tem sido destinado



Diretores da UGEIRM em uma das reuniões com os representantes do Governo que discutiu o sobreaviso

ao pagamento dos Delegados de Polícia.

Outro ponto crítico é a inversão da lógica administrativa: primeiro se disponibilizou a verba, para depois decidir como aplicá-la. O correto seria identificar previamente as reais necessidades do serviço, destinando recursos apenas onde o sobreaviso fosse indispensável.

UGEIRM COBRA MUDANÇAS

Diante desse cenário, a UGEIRM levou o tema à Chefia de Polícia e à Secretaria de Segurança Pública, cobrando ajustes urgentes. Entre as propostas apresentadas estão: rotatividade entre os servidores escalados; levantamento técnico dos locais onde o sobreaviso é realmente necessário; aplicação do regime apenas em situações de necessidade imperiosa; e retirada da responsabilidade exclusiva dos gestores locais na definição das escalas.

A diretora da UGEIRM, Neiva Carla Back, destacou que princípios como publicidade, impessoalidade e legalidade

devem orientar a aplicação dos recursos públicos. “O sobreaviso deve ser tratado como medida excepcional, especialmente diante da falta de efetivo”, afirmou.

POSSÍVEL JUDICIALIZAÇÃO

O diretor Jones Talai alerta a categoria para a possibilidade de judicialização de pontos inconstitucionais presentes na regulamentação do sobreaviso. “Um dos pontos claramente inconstitucional é o desrespeito ao tempo mínimo de descanso dos policiais. Além disso, a realização de horas-extras, durante o sobreaviso, que não estão sendo remuneradas como tal, é outro ponto a ser judicializado”. Jones Talai também diz que “o sindicato recebeu informações que alguns colegas não receberam o pagamento ou folgas correspondentes pelo efetivo cumprimento do sobreaviso. Esses policiais devem procurar imediatamente a UGEIRM, a fim de que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis para garantir o ressarcimento”.



Vitória: Chefia de Polícia reconhece direito ao sobreaviso para gestores de frota

Com apoio e articulação da UGEIRM, os Gestores de Frota da Polícia Civil conquistaram o reconhecimento do direito ao recebimento do sobreaviso. Em reunião com o presidente da UGEIRM, Isaac Ortiz, o Chefe de Polícia, delegado Heraldo Chaves Guerreiro, confirmou que não há impedimento legal ou administrativo para a remuneração dos servidores que, além da jornada regular, permanecem à disposição da Instituição.

Segundo a Chefia de Polícia, o esforço adicional desses profissionais deve ser reconhecido e remunerado. A medida já começou a ser aplicada, com gestores de departamentos, divisões e regionais passando a receber o sobreaviso à medida que a orientação é difundida internamente.

Para o diretor Cláudio Wohlfart, a conquista reforça a importância da atuação sindical. “Seguiremos trabalhando para que 100% dos Gestores de Frota tenham esse direito plenamente garantido”, afirmou.

Manobra do governo frustrou debate e impôs reajuste de 12,49% parcelado à segurança pública

Base de Eduardo Leite barrou emendas, impediu discussão real e manteve política de arrocho salarial

A sessão da Assembleia Legislativa realizada em 2025, que deveria debater o reajuste salarial da segurança pública, acabou se mostrando uma manobra da base do Governo Eduardo Leite para impedir qualquer discussão efetiva sobre a valorização dos policiais. Ao final, foi aprovado o PL do Executivo que concedeu reajuste

de 12,49%, dividido em três parcelas, com a primeira paga apenas em janeiro de 2025, seguida de outubro de 2025 e outubro de 2026.

O projeto foi aprovado por 48 votos favoráveis e dois contrários, dos deputados Rodrigo Lorenzoni (PL) e Felipe Camozzato (Novo), que se posicionaram contra qualquer reajuste para os servidores da segurança pública.

REQUERIMENTO ENTERROU EMENDAS

Após discursos de parlamentares defendendo alterações no texto, a base governista



Base de apoio à Eduardo Leite frustrou discussão sobre reajuste da Segurança Pública

aprovou um requerimento de prioridade descartando todas as emendas apresentadas. Entre elas, estavam propostas articuladas pela UGEIRM e por deputados que defendiam índices maiores de reajuste, o desmembramento do projeto e a inclusão da Simetria.

A aprovação do requerimento, por 28 votos a 20, deixou evidente que a anunciada

disposição do governo para dialogar não passou de retórica.

A postura do governo representou uma traição aos servidores da segurança pública. A verdade é que o Executivo utilizou os policiais como instrumento político, enquanto orientava sua base a impedir qualquer debate real sobre o reajuste.

Descaso do governo com a Polícia Civil expõe riscos e precariza condições de trabalho

Prédios em situação crítica e falta de investimentos revelam abandono histórico que compromete a segurança pública no Rio Grande do Sul

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul enfrenta uma crise estrutural grave que afeta diretamente as condições de trabalho dos policiais civis e a prestação de serviços à população. Denúncias recorrentes de prédios deteriorados, falhas de segurança, riscos à integridade física dos servidores e a ausência de uma política governamental de manutenção e investimentos revelam o descaso do governo com a corporação.

O Palácio da Polícia, sede administrativa da instituição, foi objeto de um ato simbólico promovido pela UGEIRM, em outubro de

2025, para denunciar o abandono que se espalha pelas unidades policiais (veja abaixo). O prédio histórico sofreu duas inundações em 2025 e se encontra em estado crítico de conservação, com áreas interditadas e riscos evidentes à segurança de quem trabalha no local. A própria chefia da PC já deixou de utilizar parte da estrutura por causa das condições precárias.

INCÊNDIOS, IMPROVISOS E RISCO À INTEGRIDADE

Casos emblemáticos também expõem a fragilidade da infraestrutura: no início de 2025, um princípio de incêndio atingiu o prédio que, devido às enchentes de maio de 2024, era ocupado provisoriamente pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), em Porto Alegre, obrigando policiais a evacuarem as instalações. A suspeita é que o incêndio tenha ocorrido devido à falta de climatização adequada, ventiladores improvisados eram

usados para amenizar o calor extremo, sobrecarregando os sistemas elétricos deficientes.

Mesmo após o ocorrido, os problemas do DEIC, agora em novo prédio, continuam. O ar-condicionado central da nova sede é ultrapassado e não tem condições de funcionamento, exigindo a instalação de um novo, sem previsão de quando isso vai acontecer.

No interior do estado, situações similares são relatadas com frequência, como instalações elétricas e hidráulicas deficientes, ausência de equipamentos básicos e prédios sem PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios), o que coloca em risco a vida de servidores e do público atendido. A UGEIRM chegou a encaminhar ofícios ao Corpo de Bombeiros e à Defesa Civil solicitando vistorias e, quando necessário, interdição de prédios que

não ofereçam segurança mínima.

ABANDONO REFLETE NO ATENDIMENTO E NA SEGURANÇA DOS POLICIAIS

A precariedade das estruturas físicas impacta diretamente o trabalho policial. Sem condições adequadas, o atendimento à população fica comprometido e a rotina de investigação e repressão ao crime sofre prejuízos. Essa realidade se soma à falta de equipamentos adequados, efetivo insuficiente e desgaste acelerado da força de trabalho, fatores que contribuem para o adoecimento, evasão e desmotivação dos servidores.

UGEIRM DENUNCIA E EXIGE SOLUÇÕES

A UGEIRM tem denunciado

sistematicamente o abandono e cobrado providências do governo do estado e da Chefia de Polícia. O vice-presidente do Sindicato, Fábio Castro, frisa que “não é admissível que profissionais que lidam diariamente com situações de risco tenham de trabalhar em ambientes que também colocam em risco sua saúde e sua segurança”.

O 2º vice-presidente da UGEIRM, Cladio Wohlfahrt, explica que “o problema vai além da conservação dos prédios: reflete uma prioridade equivocada de gestão pública que privilegia medidas de marketing em detrimento de investimentos estruturais essenciais”. Cladio reforça que “condições dignas de trabalho são parte integrante da valorização profissional e da garantia de uma segurança pública eficaz e segura para a população gaúcha”.

Protesto simbólico denunciou descaso e situação de risco para policiais civis

A UGEIRM interditou simbolicamente o Palácio da Polícia para expor o abandono estrutural da corporação

Em 21 de outubro de 2025, a UGEIRM promoveu um ato simbólico de interdição do Palácio da Polícia, em Porto Alegre. O objetivo era chamar a atenção da sociedade e das autoridades sobre as precárias condições estruturais em que se encontram as instalações da Polícia Civil do estado. O pro-

testo denunciou o descaso do governo estadual, que não tem garantido condições de trabalho dignas para os policiais civis, mesmo diante de situações de risco recorrentes.

Com cartazes e fitas de isolamento nas cores amarela e preta, semelhantes às usadas em locais de crime, a mobilização denunciou

o quadro de abandono que atinge não apenas o Palácio da Polícia, que é um símbolo da corporação, mas também diversas Unidades Policiais e departamentos no interior do estado. “Viemos até o Palácio da Polícia para fazer, de forma simbólica, aquilo que o poder público já devia ter feito há muito tempo: interditar o prédio”, afirmou o vice-presidente da UGEIRM, Fábio Castro.

ESTRUTURAS DETERIORADAS E RISCO À SAÚDE

O Palácio da Polícia encontra-se em estado crítico de conservação, colocando em risco tanto os policiais quanto o público que utiliza o espaço. A Chefia de Polícia chegou a deixar de trabalhar no local devido às condições precárias, e o Ministério Público abriu apuração sobre a estrutura do prédio.

Problemas semelhantes foram relatados em outras unidades da corporação. Delegacias em cida-



Protesto chamou a atenção para descaso com prédio do Palácio da Polícia

des como Caxias do Sul, Viamão e Santa Maria também convivem com instalações dignas de alerta, muitas vezes sem ventilação adequada, sem plano de prevenção contra incêndios e com infiltrações que afetam o cotidiano de trabalho.

CRISE ESTRUTURAL E ABANDONO GOVERNAMENTAL

A interdição simbólica foi um grito de alerta contra a falta de diálogo do governo estadual com os servidores públicos e suas entidades representativas. O descaso com

as estruturas físicas das Unidades Policiais reflete uma política pública que negligencia investimentos essenciais no serviço público, enquanto se vangloria de estatísticas sem considerar a realidade dos trabalhadores que garantem a segurança da população.

“Esse ato é uma denúncia contra o sucateamento e a falta de respeito com quem mantém a segurança pública em funcionamento. Não podemos aceitar que colegas corram riscos devido à precariedade dos locais onde atendem e investigam”, destacou Fábio Castro durante a mobilização.



Crise estrutural nas Delegacias de Caxias do Sul coloca policiais e população em risco

Sindicato realiza vistorias, encaminha ofícios, pressiona a administração e atua para garantir segurança aos policiais civis e à população

A UGEIRM tem atuado de forma permanente para enfrentar a grave crise estrutural que afeta Unidades Policiais em Caxias do Sul, especialmente a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPPCA) e a 1ª DP. Diante de sucessivos alagamentos, infiltrações e riscos à segurança, o sindicato intensificou ações de fiscalização, cobrança administrativa e articulação institucional em busca de soluções concretas.

Em 24 de junho de 2025, o diretor de Assuntos Institucionais da UGEIRM, Juarez Danclar, esteve na DPPCA para ouvir os servidores e verificar as condições do prédio. Foram constatados problemas graves, como goteiras constantes, alagamentos em dias de chuva intensa e risco à integridade física de policiais e da população atendida. A UGEIRM encaminhou ofício à Delegacia Regional cobrando providências imediatas. Em resposta, a 8ª Região Policial informou a solicitação de vistoria técnica, abertura de PROA junto à DPI e a possibilidade de realocação temporária da equipe.

Apesar disso, os problemas persistiram.



Baldes, panelas e toalhas passaram a fazer parte do cotidiano dos policiais civis de Caxias do Sul

Em setembro de 2025, novas chuvas provocaram alagamentos severos na DPPCA e na 1ª DP, com relatos de danos a documentos, prejuízos materiais, improvisações para conter a água e riscos elétricos, comprometendo o trabalho policial e o atendimento à comunidade.

Diante da omissão do Governo, a UGEIRM anunciou que ingressará como terceira interessada na Ação Civil Pública do

Ministério Público que cobra, desde 2021, a regularização dos PPCIs das unidades policiais do município. Para a direção do sindicato, a situação é inaceitável. “Não é possível que policiais sigam trabalhando em prédios alagados, com risco de incêndio ou desabamento”, afirma o vice-presidente Fábio Castro. “Estamos falando de risco à vida. Não esperamos uma tragédia para que o governo aja”, alerta o dirigente.



Esta é a sala onde funciona a 3ª DPPA de Porto Alegre, uma das mais importantes da Capital

DPPAs gaúchas à beira do colapso

Porta de entrada da Polícia Civil para a população, Delegacias de Pronto Atendimento sofrem com abandono estrutural, déficit de efetivo e a retomada da escala de 24h.

As DPPAs (Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento) são a principal porta de entrada aos serviços da Polícia Civil e representam, no cotidiano, a face mais visível da instituição para a sociedade. Apesar disso, essas unidades policiais vêm sendo sistematicamente negligenciadas pelo Governo e operam em condições cada vez mais precárias.

UMA REALIDADE QUE MUDOU, MAS O GOVERNO IGNORA

Nos últimos anos, as DPPAs passaram por profundas mudanças em suas atribuições e na complexidade do trabalho desenvolvido. No entanto, o poder público insiste em mantê-las funcionando com a mesma lógica de 15 ou 20 anos atrás, ignorando uma realidade que se transformou radicalmente. Essa omissão cobra um preço alto dos policiais e da população.

O avanço tecnológico, a expansão dos crimes digitais e a crescente complexidade das ocorrências ampliaram de forma expressiva o volume e a responsabilidade do trabalho nas DPPAs. Em contrapartida, a estrutura dessas unidades não apenas deixou de evoluir como, em muitos casos, regrediu. O efetivo é hoje menor do que era há duas décadas, reflexo direto da falta de investimentos e da ausência de uma política séria de valorização da instituição.

DÉFICIT DE EFETIVO, IMPROVISO E ADOECIMENTO

A falta de efetivo atinge de forma ainda mais grave as DPPAs. A maioria dessas Unidades Policiais não conta com delegado titular, funcionando de forma improvisada, com delegados substitutos ou em sistema de rodízio permanente. O mínimo esperado seria um delegado por DPPA, com equipes completas, dimensionadas de forma adequada e com condições reais de trabalho.

A combinação de déficit de efetivo e falta de estrutura tem levado ao adoecimento físico e mental dos servidores, resultando em afastamentos frequentes e no colapso das escalas de trabalho. Casos como os de Uruguiana e Alvorada escancaram essa realidade.

Como consequência desse abandono, volta a ser imposta a escala de 24 horas, uma prática ultrapassada e desumana, que já havia sido praticamente extinta. Seu retorno simboliza o descaso do Governo com a Polícia Civil, com os servidores da segurança e com o direito da população a um atendimento digno e qualificado.

Insalubridade e precariedade na DPPA de Lajeado

Presença de ratos, uso de venenos no ambiente de trabalho e falta de manutenção escancaram o descaso com a estrutura da Delegacia

A Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) de Lajeado, vinculada à 19ª Região Policial, enfrenta graves problemas estruturais e sanitários. No final de 2025, a UGEIRM encaminhou ofício à Chefia de Polícia denunciando as condições de insalubridade e risco à saúde dos policiais civis que atuam na unidade.

Entre as situações mais alarmantes está



Em Lajeado, policiais se viram como podem para conseguir fazer seu trabalho

a presença de ratos nas dependências da Unidade Policial. Segundo relatos, servidores foram obrigados a utilizar veneno para

roedores no próprio ambiente de trabalho, expondo os policiais a substâncias tóxicas e a riscos sanitários incompatíveis com a dignidade da função policial e com o atendimento à população.

Diante do cenário, a UGEIRM cobrou providências imediatas, exigindo ações de saneamento, manutenção estrutural e eliminação de vetores. Para o vice-presidente do sindicato, Fábio Castro, o caso reflete um problema estrutural recorrente no estado. “É inadmissível que policiais civis trabalhem em meio a ratos e venenos, colocando a própria saúde em risco. Essa realidade demonstra o descaso do governo com as condições de trabalho na Polícia Civil”, afirmou.

Pane elétrica em delegacias de Viamão expõe abandono estrutural da Polícia Civil

Problemas recorrentes na rede elétrica colocam policiais e população em risco mostrando descaso do governo com as condições de trabalho

A situação das Unidades Policiais de Viamão evidencia o abandono imposto pelo Governo à segurança pública. Ao longo de 2025, a UGEIRM denunciou reiteradamente o colapso da rede elétrica nas

unidades do município, com quedas frequentes de energia, fiação antiga, sobrecarga na rede e ausência de manutenção preventiva.

As falhas comprometem o atendimento à população e colocam em risco a integridade física dos policiais, com perigo real de curto-circuitos e incêndios. A precariedade afeta diretamente atividades essenciais, como o registro de ocorrências, o funcionamento dos sistemas informatizados e a conservação de equipamentos, obrigando os servidores a trabalhar em condições indignas e inseguras.

Para a UGEIRM, o problema é resultado da falta de investimentos em manutenção predial, mesmo diante de alertas e comunicações formais encaminhadas à administração da Polícia Civil e à Secretaria de Segurança Pública. “É inadmissível que prédios públicos sigam operando sem segurança elétrica, colocando vidas em perigo. Não se trata apenas de infraestrutura, mas de respeito aos trabalhadores e de responsabilidade com o serviço prestado à sociedade”, afirma o diretor do sindicato, Jones Talai.

UGEIRM apoia mobilização dos policiais integrantes do PPCA

Reajuste da Gera, ampliação de atribuições e garantia de direitos estiveram no centro das reuniões realizadas com a Chefia de Polícia e com a SSP

A direção da UGEIRM, juntamente com representantes dos policiais civis que integram o Programa de Policiais Civis Aposentados (PPCA), participou de duas reuniões com a Chefia de Polícia e uma com a Secretaria de Segurança Pública, para tratar das principais reivindicações dos colegas que retornaram à atividade por meio do programa.

Criado em 2018, o PPCA permite que policiais civis aposentados atuem em diversas frentes, como atendimento ao público, registro de ocorrências, serviços cartorários, atividades administrativas, ensino, treinamento, condução de veículos oficiais, videomonitoramento e apoio a operações especializadas. O programa tem sido fundamental para minimizar a falta de efetivo e aproveitar a

experiência acumulada desses profissionais.

REAJUSTE DA GERA É PRIORIDADE

A principal reivindicação apresentada pelos representantes dos aposentados, diz respeito ao reajuste da Gratificação Especial de Retorno à Atividade (Gera), congelada desde 2016. Atualmente, a gratificação encontra-se totalmente defasada, desestimulando a permanência dos aposentados no programa e afastando novos interessados em aderir ao PPCA.

Além do reajuste, os representantes alertam para a necessidade de definição clara de direitos como pagamento de diárias, horas extras, etapa aos plantonistas e reforços, evitando prejuízos futuros aos participantes do programa.

APROVEITAMENTO DA EXPERIÊNCIA

Outro ponto debatido foi a possibilidade de alteração da lei que instituiu o PPCA, com o objetivo de ampliar as atribuições dos aposentados no programa. Segundo a Comissão, as limitações atuais desperdiçam a vasta experi-

ência adquirida por esses policiais ao longo de suas carreiras.

Os representantes também ressaltaram a importância da conscientização da categoria para que os aposentados sejam bem recebidos pelos colegas da ativa. “Os colegas retornam para somar, trazendo experiência e conhecimento acumulados em anos de dedicação à Polícia Civil”, destaca a Comissão.

UGEIRM MANTÉM DIÁLOGO COM EXECUTIVO E LEGISLATIVO

A UGEIRM referenda as reivindicações dos colegas do PPCA, destacando que, além de justas, são muito importantes para a qualificação ainda maior dos serviços prestados pela Polícia Civil. O sindicato continuará cobrando a Chefia de Polícia e a Secretaria de Segurança para que encaminhe, o mais breve possível, as mudanças que estão ao seu alcance, como participação em operações e pagamento de horas extras e diárias. Quanto ao reajuste da Gera, a UGEIRM continua tentando um diálogo com o governo para viabilizar o aumento. Na questão



No dia 14 de novembro, os diretores Fabio Castro e Neiva Carla Back, acompanhados da Inspetora Mirela Torelli e das comissárias Cristiane Landvoigt e Márcia Bethânia Fernandes, se reuniram com a Secretária Adjunta de Segurança Pública, delegada Adriana Regina da Costa, quando discutiram a situação dos aposentados do PPCA, entre outros assuntos.

Pontos questionados pela Comissão dos aposentados do PPCA

- Falta de autorização para recebimento de horas-extras.
- Falta de autorização para participação da escala de Sobreaviso.
- GERA congelado desde 2014.
- O valor da GERA é o equivalente a 13,10 horas-extras do Comissário ou 38,77 horas de sobreaviso de um comissário, sendo que a escala do contrato é de 40hs semanais.
- Não pagamento de férias e parcela do 13º referentes ao contrato do período das enchentes;
- Aprovação do PL que altera a lei 15109/2018 a fim de garantir direitos e ampliar a atuação dos PPCAs.

da alteração da Legislação, o sindicato tentará articular, junto aos parlamentares ligados à Polícia

Civil, o encaminhamento de uma proposta de alteração da lei que criou o PPCA.

IPE Saúde amplia credenciamento médico e fortalece atendimento no RS

Publicação de edital com mais de 10 mil vagas é resultado da mobilização dos servidores, através da União Gaúcha em Defesa da Previdência Pública

O IPE Saúde publicou, em novembro de 2025, o edital de credenciamento médico do programa “Mais Assistência”, abrindo 10.460 vagas em 356 municípios do Rio Grande do

Sul, distribuídas entre 42 especialidades médicas. A medida representa um avanço importante para a ampliação e a qualificação do atendimento prestado aos servidores públicos estaduais e seus dependentes.

A iniciativa tem como foco principal reforçar a presença de médicos no interior do estado, onde a carência de profissionais é historicamente maior. O edital foi elaborado a partir de um estudo técnico que identificou as necessidades específicas de cada região. Podem se inscrever tanto novos profissionais interessados em aderir ao plano quanto médicos que já atuam pelo IPE Saúde.



CONQUISTA DA LUTA DOS SERVIDORES

O novo credenciamento é resultado direto da mobilização dos servidores públicos em defesa do IPE como patrimônio público. A UGEIRM esteve presente em todas as mobilizações realizadas nos últimos anos, ao lado da União Gaúcha e da Frente dos Servidores Públicos, contra o desmonte do Instituto.

“O fortalecimento do IPE não aconteceu por acaso. Ele é fruto

da organização e da luta dos servidores, que não aceitaram perder um direito fundamental”, destaca o vice-presidente da UGEIRM e Conselheiro do IPE-Saúde, Fábio Castro.

RECOMPOSIÇÃO SALARIAL É FUNDAMENTAL

Fábio Castro ressalta que a principal fonte de financiamento do IPE Saúde é a contribuição dos próprios servidores. “Os salários

ficaram congelados por anos, e esse congelamento contribuiu diretamente para a crise financeira do Instituto”, afirma.

Segundo o dirigente, a garantia da sustentabilidade do IPE passa, necessariamente, pela recomposição salarial. “É fundamental que o reajuste dos servidores esteja previsto no orçamento de 2026. Sem isso, o IPE volta a enfrentar dificuldades, e não aceitaremos que os servidores paguem novamente essa conta”, conclui.

Aposentados da Polícia Civil são os mais penalizados pela política do governo Leite

Retirada de direitos, arrocho salarial e aumento da contribuição previdenciária aprofundam o abandono de quem dedicou a vida à segurança pública

Se os policiais civis da ativa já enfrentam perdas salariais significativas, a situação dos aposentados é ainda mais grave. Sem progressões funcionais decorrentes de promoções, sem acesso a benefícios como o sobre-aviso, sem horas extras e com o fim da paridade e da integralidade, os aposentados foram relegados a uma condição de completo abandono pelo Governo do estado.

Ao longo dos oito anos de gestão do governador Eduardo Leite, os policiais civis aposentados foram empurrados para um cenário dramático. Nesse período, servidores que dedicaram a maior parte de suas vidas à proteção da sociedade receberam apenas um reajuste salarial de 6%. Mesmo esse percentual irrisório não se traduziu em ganho real, pois foi integralmente absorvido pelo aumento da alíquota extraordinária da Previdência, imposta pela

reforma previdenciária estadual aprovada pelo próprio governo, e pelo aumento na contribuição do IPE-Saúde.

DIREITOS RETIRADOS E TRATAMENTO DESCARTÁVEL

A política adotada pelo governo Eduardo Leite incorporou ao serviço público a lógica mais radical da iniciativa privada: a de que trabalhadores são peças descartáveis: úteis enquanto produzem e facilmente descartados após a aposentadoria. Foi sob esse pensamento que direitos históricos foram suprimidos, como a paridade e a integralidade, além da criação de uma contribuição previdenciária adicional que penaliza justamente quem já se aposentou.

Essa estratégia revela um objetivo claro: separar completamente os policiais civis aposentados

dos servidores da ativa, como se deixassem de ser policiais no momento em que encerram sua carreira. Ao priorizar gratificações e adicionais, que são inacessíveis aos aposentados, em detrimento de reajustes gerais, o governo amplia de forma deliberada o abismo entre os vencimentos da ativa e da aposentadoria.

UM FUTURO DE EXCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA

O ponto de chegada dessa política é a exclusão definitiva dos aposentados da lógica remuneratória da Polícia Civil. Ao empurrá-los para uma condição cada vez mais próxima do Regime Geral de Previdência, o governo constrói um modelo de remuneração totalmente desvinculado da política salarial da ativa, aprofundando desigualdades, injustiças e o sentimento de desvalorização entre aqueles que ajudaram a construir a história da instituição.

O diretor de aposentados da UGEIRM, Carlos Passos, reafirma o compromisso do sindicato: “o Sindicato continuará denunciando

essa política de abandono e lutando pelos direitos dos policiais civis aposentados, que seguem sendo

policiais, servidores públicos e merecedores de respeito, dignidade e reconhecimento”.

EDUARDO LEITE QUER SEPARAR OS APOSENTADOS DOS POLICIAIS DA ATIVA

1

FIM DA PARIDADE

Ao desvincular os vencimentos dos futuros aposentados dos salários dos policiais da ativa, aproxima, cada vez mais, os aposentados do Regime Geral de Previdência

2

FIM DA INTEGRALIDADE

Com o fim da integralidade, os novos aposentados já vão para a inatividade com salários menores que os policiais civis da ativa

3

CRIAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES

Ao privilegiar a criação de gratificações, em detrimento de reajustes salariais, aumenta a diferenciação de remuneração entre aposentados e policiais da ativa

4

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Servidores que contribuíram a vida inteira para a aposentadoria, são obrigados a continuar contribuindo após se aposentarem

ADI 6254 aguarda retomada e mantém expectativa sobre fim do confisco dos aposentados

Julgamento pode definir a inconstitucionalidade do desconto previdenciário extraordinário sobre aposentadorias e pensões dos Policiais Civis

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.254, que trata do desconto previdenciário aplicado sobre aposentadorias e pensões do serviço público, segue indefinido no Supremo Tribunal Federal (STF) e mantém aposentados, pensionistas e entidades representativas em estado de expectativa.

A ação questiona a cobrança de 14% sobre os valores que excedem o salário mínimo, mecanismo criado a partir da reforma da Previdência e que passou a ser conhecido entre os servidores como confisco previdenciário, por penalizar servidores aposentados com uma sobretaxa sobre os seus vencimentos.

PEDIDO DE VISTA SUSPENDEU JULGAMENTO EM JULHO DE 2025

O julgamento foi interrompido após um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, instrumento regimental que permite ao magistrado analisar o processo com maior profundidade antes de apresentar seu voto. Com isso, a definição final da ADI acabou sendo postergada, apesar de já haver uma tendência clara formada no plenário.

Recentemente, o ministro devolveu os autos, o que significa que está apto a votar. No entanto, a retomada do julgamento depende exclusivamente de pauta da presidência do STF. Até o momento,

não há data definida para que a ação volte ao plenário.

PLACAR PARCIAL FAVORECE APOSENTADOS

Antes da suspensão, o placar indicava um cenário amplamente favorável aos servidores aposentados e pensionistas. Sete ministros votaram pela inconstitucionalidade do desconto previdenciário de 14% sobre os valores que ultrapassam o salário mínimo, enquanto três votos defenderam a constitucionalidade da cobrança. Resta apenas o voto do ministro Gilmar Mendes para a conclusão do julgamento. No entanto, até a decisão final, os Ministros ainda podem alterar os seus votos.

A eventual confirmação desse placar poderá representar um marco importante na correção de distorções introduzidas pela



Foto: Divulgação STF

reforma da Previdência, com impacto direto na renda de milhares de aposentados e pensionistas do serviço público.

INCERTEZA PREOCUPA SERVIDORES

Apesar da devolução do processo, não há previsão oficial para a retomada do julgamento, nem garantia de que o tema será apreciado no próximo semestre. A indefinição gera preocupação entre os servidores, especialmente os aposentados, que aguardam uma posição definitiva do STF sobre o

futuro da cobrança.

O Vice-presidente da UGEIRM, Fabio Castro, afirma que “o sindicato seguirá atento à movimentação no STF, em relação a tramitação da ADI 6.254, e é fundamental que a categoria se mantenha informada e mobilizada. Submeter os servidores a essa espera pelo fim do julgamento é inadmissível, pois a definição desse julgamento será decisiva para que possamos encerrar, de uma vez, uma das medidas mais injustas impostas aos policiais civis aposentados nos últimos anos”.

UGEIRM e COBRAPOL conseguem apoio a emendas que garantem paridade e integralidade na PEC da Segurança Pública



A COBRAPOL e a UGEIRM, acompanhadas do deputado estadual do RS, Leonel Radde, se reuniu com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, para tratar de aspectos da PEC da Segurança Pública (PEC 18)

Entidades atuam junto a parlamentares e lideranças partidárias para assegurar votação de emendas que tratam da aposentadoria dos policiais civis

A UGEIRM, junto com a COBRAPOL, acompanha de forma ativa a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, conhecida como PEC

da Segurança Pública, apresentada pelo governo federal. O texto original trata de temas relacionados à Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Guardas Municipais, mas deixou de contemplar pontos centrais para as polícias civis.

Diante disso, a UGEIRM, em articulação com a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF), a Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), a Federação Nacional das Guardas Municipais (FENAGuardas) e outras entidades representativas, atuou para viabilizar o apoio às

emendas nº 8 e nº 11, que tratam da paridade e da aposentadoria integral dos policiais, retiradas pela reforma da Previdência de Jair Bolsonaro.

DESTAQUES GARANTEM VOTAÇÃO DAS EMENDAS

Um avanço importante foi a obtenção do apoio da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), deputado Lindberg Farias, para o destaque das emendas nº 8 e nº 11. O destaque obriga o relator da PEC a submeter as propostas à discussão e votação na Comissão Es-

pecial, impedindo sua retirada unilateral do relatório.

Além disso, o Líder do Partido Liberal (PL), deputado Sóstenes Cavalcante, também apresentou destaque específico para a emenda nº 8, ampliando o respaldo político às reivindicações das categorias policiais.

PRÓXIMOS PASSOS NO CONGRESSO NACIONAL

Com a retomada dos trabalhos legislativos, prevista para o início de fevereiro, nos dias 2 ou 3, a Comissão Especial deverá analisar o relatório da PEC

nº 18 e os destaques apresentados. Após essa etapa, o texto aprovado será encaminhado para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

A UGEIRM avalia que, havendo maioria na Comissão Especial e posteriormente no Plenário, será possível aprovar as emendas nº 8 e nº 11, assegurando direitos históricos relacionados à aposentadoria e à valorização dos profissionais da segurança pública. O sindicato seguirá mobilizado e acompanhando de perto cada etapa da tramitação.

Reforma Administrativa perde força após mobilização dos servidores

Retirada da PEC 38/25 da pauta em 2025 demonstra a força da mobilização do funcionalismo e reduz drasticamente as chances de avanço da proposta em 2026

A retirada da PEC 38/2025, conhecida como Reforma Administrativa, da pauta de votações da Câmara dos Deputados no final de 2025 representa uma importante vitória das servidoras e servidores públicos de todo o país. A decisão foi resultado direto da intensa mobilização de diversas categorias do funcionalismo, que conseguiram barrar um dos mais graves ataques aos serviços públicos das últimas décadas.

Apesar das reiteradas tentativas do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, a proposta não foi levada a voto. Para 2026, o cenário é ainda menos favorável à PEC, já que se trata de um ano eleitoral, período em que o Congresso costuma evitar matérias impopulares. Soma-se a isso a ausência de apoio explícito do governo federal, fator que enfraquece ainda mais a possibilidade de avanço da reforma nesta legislatura.

UMA REEDIÇÃO DA PEC 32, COM NOVA ROUPAGEM

A PEC 38/25 é, na prática, uma reedição da famigerada PEC 32/2020, formulada pelo ex-ministro da Fazenda, Paulo Guedes. Sob o discurso de “modernização” e “eficiência”, a proposta esconde um verdadeiro ataque às estruturas do Estado e aos serviços essenciais prestados à população, como segurança pública, saúde, educação e justiça.

Para os servidores, a reforma representa precarização, instabilidade e perda de direitos históricos, abrindo espaço para o sucateamento do serviço público e para a lógica da gestão privada em áreas que exigem presença forte do Estado.

IMPACTOS GRAVES PARA OS POLICIAIS CIVIS

Para a Polícia Civil, a aprovação da PEC 38 significaria um profundo retrocesso. A proposta engessa reajustes salariais, impede a recomposição de perdas acumuladas ao longo dos anos e dificulta a melhoria do salário inicial, ampliando a evasão de servidores. Além disso, limita a realização de concursos públicos a apenas 5% do total de cargos, agravando ainda mais o déficit de efetivo.



MAIS ARROCHO E FIM DAS PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE

A proposta extingue as promoções por antiguidade, desvalorizando a experiência profissional e criando situações em que policiais com décadas de serviço podem receber o mesmo que recém-ingressos na carreira. A aprovação da reforma transformará em lei, absurdos como os que vimos nas últimas promoções da Polícia Civil gaúcha.

Outro ponto extremamente preocupante é a substituição da negociação salarial por políticas de bonificação por desempenho. Esse modelo aprofunda, ainda mais, a dificuldade de conquista de ganhos salariais para os policiais civis. Além disso, ignora a realidade da atividade policial, penalizando servidores que se afastam por licença-saúde, maternidade ou paternidade, impactando diretamente a saúde física e mental da categoria.

MOBILIZAÇÃO FOI DECISIVA

A campanha nacional pela retirada de assinaturas da PEC 38/25, realizada por entidades sindicais como a UGEIRM e a COBRAPOL, foi fundamental para enfraquecer a proposta. Mais de 30 deputados retiraram suas assinaturas, evidenciando a perda de apoio político e o alto custo eleitoral da reforma.

Para o vice-presidente da UGEIRM, Fabio Castro, “a não votação da reforma administrativa demonstra que a pressão dos servidores públicos é capaz de conquistar vitórias importantes. No RS, a UGEIRM, junto com outras entidades, conseguiu que vários parlamentares retirassem suas assinaturas. Apesar dessa vitória, precisamos seguir atentos. Este Congresso já mostrou que é capaz de recolocar a proposta em votação a qualquer momento”, alerta.